

BRASIL: ANATOMIA DE UM POVO COLONIZADO - ANÁLISE DO DISCURSO DE LUIS RUFFATO NA FEIRA DO LIVRO DE FRANKFURT

BRAZIL: ANATOMY OF A COLONIZED PEOPLE - DISCOURSE ANALYSIS LUIS RUFFATO THE FRANKFURT BOOK FAIR

Cláudio Márcio Carmo*

Adriana Maria Cunha**

RESUMO:

O presente artigo analisa o discurso proferido pelo escritor brasileiro Luis Ruffato na abertura da Feira do Livro de Frankfurt, na edição de 2013, quando o Brasil foi homenageado. Partindo da hipótese de que os sentidos simbólicos são construídos no interior da prática discursiva, o objetivo é analisar a construção identitária do país e do povo brasileiro, transmitida no discurso do escritor e como ela se coloca como um empecilho no processo de internacionalização do Brasil, no que tange às questões sociais, políticas e culturais. A análise será feita através da categoria “modalidade” dentro do Significado Identificacional de Fairclough (2003), que revela como que o discurso se configura na construção e na negociação de identidades.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, internacionalização, identidade, discurso.

ABSTRACT:

This article analyzes the speech by the Brazilian writer Luis Ruffato at the opening of the Frankfurt Book Fair (2013), when Brazil was the honored country. Assuming that the symbolic meanings are built inside the discursive practice, the goal is to analyze the identity construction of the country and Brazilian people broadcasted on the writer’s speech, and how it stands as an obstacle in the process of internationalization of Brazil, with respect to social, political and cultural issues. The analysis was informed by “modality” category within the Fairclough’s Identificational meaning (2003), which reveals how the discourse is shaped in construction and identity negotiation.

* Professor associado do curso de Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, doutor em Linguística aplicada pela UFMG. MINAS GERAIS, Brasil. claudius@ufsj.edu.br

** Mestre em Letras pela Universidade de São João del-Rei, com graduação em Comunicação Social (UFJF). MINAS GERAIS, Brasil. drisjdr@hotmail.com

Keywords: Brazil, internationalization, identity, discourse.

INTRODUÇÃO

Em 2013, o Brasil foi tema da Feira do Livro de Frankfurt, o maior encontro mundial do setor editorial. Na ocasião da abertura do evento, no dia 8 de outubro daquele ano, a participação brasileira ocupou os principais noticiários do país devido, principalmente, ao discurso polêmico do escritor Luis Ruffato. Diante de uma plateia de aproximadamente duas mil pessoas, Ruffato expôs as mazelas do Brasil, afirmando que “o país nasceu sob a égide do genocídio”¹, que a “chamada democracia racial brasileira” esconde a realidade de que “se nossa população é mestiça, deve-se ao cruzamento de homens europeus com mulheres indígenas ou africanas - ou seja, a assimilação se deu através do estupro das nativas e negras pelos colonizadores brancos”. Ele ressaltou, ainda, aspectos que evidenciam que o Brasil é um país onde a impunidade, a intolerância e o descaso aos direitos do cidadão são a regra.

O discurso do escritor desnuda uma realidade que expõe uma outra: a de que o processo de globalização, segundo Ruffato, diz respeito muito mais ao trânsito de mercadorias, do que ao avanço nas questões socioculturais. Para Fairclough (2001), o uso do termo “discurso”, está ligado à prática social, o que implica em três questões: que o discurso é uma forma de agir sobre o mundo e sobre outros indivíduos; que há uma relação entre discurso e estrutura social; e que o discurso é moldado e restringido por esta estrutura social.

Como *corpus* deste artigo, utilizamos o discurso do escritor e o analisamos de acordo com a categoria “modalidade” dentro do Significado Identificacional de Fairclough (2003), que revela como o discurso se configura na construção e na negociação de identidades. A modalidade, para Fairclough (2003), relaciona-se ao nível de comprometimento das pessoas quando elas fazem declarações, perguntas, exigências ou ofertas. Resende e Ramalho explicam que “a modalidade é relevante na construção discursiva de identidades, porque ‘o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é’” (Resende e Ramalho, 2006, p. 85).

REFERENCIAL TEÓRICO

Percebe-se que muitas vezes termos como globalização, internacionalização e mundialização são usados indistintamente, mesmo no âmbito acadêmico. Entretanto, é necessário que se perceba a globalização como um conceito mais amplo, que dá origem a processos como o de internacionalização. Fala-se muito, por exemplo, no processo de internacionalização de empresas, que significa a expansão de uma determinada matriz empresarial em várias filiais além-fronteiras (Hilal, Emais, 2003, *online*). O termo também é usado para se referir à educação; Morosini (2011, *online*) fala sobre a “internacionalização da educação superior, posterior à guerra fria, processo estratégico ligado à globalização”. A globalização, enquanto fenômeno social é decorrente de um longo processo histórico e de transformações na economia mundial, “esse processo, a princípio econômico, está acompanhado de novas configurações políticas do mapa mundial, redefinindo os papéis dos atores nacionais e extra nacionais” (RUIZ, 2000, p. 18).

Inaiê Sanchez (2001) afirma que para entender a globalização é necessário ir além do seu conceito e de suas causas e percebê-la em amplitude, partindo “do desenvolvimento do sistema monetário internacional, do comércio, da produção industrial, das organizações financeiras e dos mercados globais nas últimas décadas” (SANCHEZ, 2001, p. 12). Muitos fatores foram responsáveis por essa transformação, como por exemplo, a liberalização dos mercados, entendida como a quebra das barreiras comerciais entre os países; e o desenvolvimento das tecnologias de informação que levam à redução de custos e de dificuldades referentes à circulação de dinheiro ao redor do mundo. Entretanto, a autora chama a atenção para a atual volatilidade dos mercados financeiros e sobre como as crises nestes mercados colocam em risco a estabilidade do sistema capitalista. Ela cita como exemplo os problemas na década de 90 que atingiram os Tigres Asiáticos² e como eles afetaram o resto do mundo, inclusive o Brasil, quando foi necessário que o governo dobrasse as taxas de juros, em outubro de 1997, como estratégia de proteção do real contra ataques especulativos, “e a população, de uma hora para outra, passou a acompanhar com ansiedade a cotação de moedas que antes não chamavam a atenção de ninguém, como a rúpia, da Indonésia, e o baht, da Tailândia” (SANCHEZ, p. 11).

A autora comenta, ainda, sobre como estas crises atingem com mais força os chamados países emergentes. Ao mesmo tempo em que as transações financeiras são facilitadas pelo processo de internacionalização, as transmissões de risco de um mercado para outro também crescem. Como exemplo, ela cita um relatório realizado pela Conferência

das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento que adverte para o fato de que “o aumento das disparidades econômicas e sociais entre os países, e no interior deles, está atingindo uma tal proporção que o fenômeno da globalização está ameaçado de fortes ‘reações políticas’” (SANCHEZ, 2001, p. 23).

O autor Alex Fiuza de Mello (2001), em um trabalho sobre o teórico italiano Antonio Gramsci, afirma que a obra do autor contribui muito no debate sobre mundialização, este termo refere-se à “constituição de relações, processos e estruturas em escala mundial, concebendo-o como emergência e consolidação de um novo patamar de sociabilidade e institucionalidade [...]” (MELLO, 2001, p. 9). Mello, ao procurar referências gramscianas sobre mundialização, afirma que o autor não formula esse termo em seus escritos, mas, a noção do processo de mundialização é central nas formulações do pensamento dele. Esta noção, segundo Mello, pode ser percebida em termos usados por Gramsci como “internacionalismo”, “supernacional”, “imperialismo”, “modernização”, “mondo moderno” que mostram a atenção de Gramsci para esta dimensão do desenvolvimento do capitalismo.

Mello aponta que nos estudos de Gramsci há uma associação do conceito de mundialização com a ideia de uma luta cultural que teria por finalidade a universalização de verdades construídas. Para Gramsci (1995), tais verdades seriam destinadas a transformar a mentalidade popular, uni-las em torno de uma mesma concepção de mundo. Para o teórico italiano, este é o sentido do termo “hegemonia”, um conjunto de práticas sobre a totalidade da vida, mas que atinge individualmente cada ser; um sistema que objetiva o consenso, a fim de garantir a perpetuação do pensamento dominante ou, em outras palavras, do pensamento hegemônico. A partir dessa percepção, é fundamental refletirmos sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas e discursos cristalizados da vida social.

O geógrafo brasileiro Milton Santos (2001) também comenta sobre esse aspecto da globalização, a construção de um discurso universal, “quando tudo permite imaginar que se tornou possível a criação de um mundo veraz, o que é imposto aos espíritos é um mundo de fabulações, que se aproveita do alargamento de todos os contextos para consagrar um discurso único” (SANTOS, 2011, p. 17-18).

Dentro desta perspectiva, é possível perceber como não só no Brasil, mas também em termos globais, construiu-se um consenso para explicar as desigualdades sociais. A

ideia de consenso é desenvolvida por Habermas (1996) em relação aos processos de intersubjetividade, que emanam a partir das interações sociais. O autor afirma que a ordem social é desenvolvida, performada através das interações linguisticamente mediadas e observa as condições de aceitação ou recusa dos atos de fala, apontando para o risco constante do desentendimento, do conflito. Entretanto, ele se concentra na tarefa de como resolvê-lo de forma justa e democrática, com vistas ao entendimento. Neste ponto, Axel Honneth (2003) faz uma crítica a Habermas ao afirmar que ele destaca o consenso e não o conflito nas interações sociais. De acordo com Nobre (2003), Habermas afirma que a evolução histórico-social levou a humanidade a dois tipos de racionalidade: (1) a *instrumental*, entendida como um tipo de racionalidade direcionada ao êxito, onde os sujeitos calculam os melhores meios para atingir determinados fins, com vistas à reprodução material da vida; e (2) a *comunicativa*, a ação orientada para o entendimento e não para a manipulação, o que permitiria a reprodução simbólica da sociedade. Habermas identifica, assim, o primeiro tipo como “sistema” e o segundo como “mundo da vida”. Nota-se, claramente, aqui, a centralidade do “entendimento” na formulação realizada por Habermas. E é exatamente neste ponto onde se concentra uma severa crítica de Honneth, quando ele diz que esta distinção entre sistema e mundo da vida é essencialista e ambígua. Habermas, na visão de Honneth, não considera como o próprio sistema com sua lógica instrumental é resultado de permanentes conflitos sociais.

Dessa forma, analisar as desigualdades sociais através de uma perspectiva consensual é proceder a uma explicação simplista e opaca da realidade, tornando invisíveis as verdadeiras relações de causa e efeito que envolvem a perpetuação de relações sociais injustas. Milton Santos (2011), ao lado de outro teórico brasileiro, o sociólogo Jessé Souza (2011), comenta sobre um processo gradual de redução da vida social em termos econômicos, o que significa avaliar os problemas sociais e políticos unicamente do ponto de vista da economia. Santos (2001) afirma que os fundamentos do mundo contemporâneo “são a informação e seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põe ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal” (SANTOS, 2011, p. 18). Na visão de Souza (2011), a forma como a sociedade brasileira enxerga sua situação social e política é “colonizada por uma visão economicista e redutoramente quantitativa da realidade social” (SOUZA, 2011, p. 16). Este autor usa o termo “economicismo” para se referir a uma visão que limita ao setor econômico os problemas sociais. Através

desta visão, o homem é dotado das mesmas capacidades pessoais (disciplina, autocontrole e autorresponsabilidade) que o habilitariam a competir no mercado. Os desafortunados economicamente são percebidos, apenas, como produtos do acaso do destino e a sua situação de privação seria facilmente revertida com alguma ajuda do Estado. Souza (2011) comenta que esta é precisamente a lógica das políticas assistencialistas empregadas pelos governos. “Como toda visão superficial e conservadora do mundo, a hegemonia do economicismo serve ao encobrimento dos conflitos sociais mais profundos e fundamentais da sociedade brasileira: a sua nunca percebida e menos ainda discutida ‘divisão de classes’” (SOUZA, 2011, p. 18). O economicismo, assim, não seria apenas privilégio daqueles que “pensam” o mundo, construindo teorias e desenvolvendo pesquisas científicas, ele está entre aqueles que não possuem qualquer autoridade para falar sobre o mundo social, ele está entre as pessoas comuns, entre os que não são autorizados, pelo seu capital cultural, a proferir palavra.

O teórico francês Michel Foucault (1988) fala sobre a importância das palavras, que possuem o poder de “instituir” as coisas e as pessoas, elas são instituídas pela prática discursiva na sociedade. Sob essa perspectiva, é possível compreender as construções identitárias, sejam elas individuais ou coletivas. Elas são construções políticas e sociais e devem ser pensadas a partir dessa premissa; ou seja, se as identidades são construídas, certamente esta construção parte de algum interesse e envolve “incluídos” e “excluídos” no processo. São questões de suma relevância social, nas quais é possível perceber a luta hegemônica no sentido gramsciano. Foucault (1988) ressalta que não basta fazer uma divisão entre o que se diz e o que não se diz, mas tentar perceber as diferentes formas de não dizer, observar quem pode e não pode dizer, quais os discursos que são autorizados e de que forma eles podem ser ditos. “Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos” (FOUCAULT, 1988, p. 34).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Adotamos como metodologia neste artigo os procedimentos da Análise Crítica do Discurso (ACD), desenvolvida pelo linguista Norman Fairclough (2003). Há muitas formas de se fazer análise de discurso. De maneira geral, elas se dividem entre as que utilizam e as que não utilizam análises detalhadas de textos. Fairclough (2003) dedica-se ao primeiro tipo e o denomina como “Análise do Discurso textualmente orientada”.

O linguista entende “discursos” enquanto maneiras de representar diversos aspectos ou perspectivas do mundo, neste sentido, os discursos correspondem às “diferentes relações que as pessoas têm no mundo que, por sua vez, dependem de suas posições no mundo, das identidades sociais e pessoais que elas estabelecem com outras pessoas (Fairclough, 2003, p. 124)³.

A representação do ponto de vista da ACD é percebida como o sistema de crenças e ideologias presentes nos discursos que circulam na sociedade. Assim, é possível percebermos as representações contidas nos discursos quando nos dedicamos à sua análise, mesmo quando estas estão implícitas. Fairclough (2003) analisa a representação no nível do discurso: “representação é claramente um problema discursivo e podemos distinguir diferentes discursos, os quais podem representar a mesma área do mundo de diferentes perspectivas ou posições”⁴ (FAIRCLOUGH, 2003, p. 26).

Para sua Análise Crítica do Discurso, o autor manipula os princípios da Linguística Sistêmica Funcional (LSF), e cria seu próprio método. De acordo com a LSF, ao nos comunicarmos, expressamos três tipos de significados simultâneos por meio da linguagem: o significado interpessoal, que expressa nossa relação com as pessoas; o significado ideacional, relacionado à representação de mundo; e o significado textual, que é a oração concebida como mensagem. Fairclough (2003), partindo dessa noção da LSF, propõe uma articulação de tais significados, ou macrofunções textuais, sugerindo três principais tipos de significados: o **significado acional** (que corresponde à função interpessoal e à função textual), o **significado representacional** (que corresponde à função ideacional) e o **significado identificacional** (que corresponde à função interpessoal). Nesta perspectiva, o discurso enquanto prática social apresenta-se de três formas distintas, porém simultâneas: a **ação**: o modo de agir por meio dos gêneros discursivos; a **representação do mundo material**: os modos de representar que variam de acordo com as posições dos sujeitos e relacionam-se a discursos; e a **identificação**: os modos de ser, mediante as configurações identitárias, que se relacionam ao conceito de estilo. Gêneros, discursos e estilos são considerados por Fairclough como formas relativamente estáveis que os falantes utilizam para agir, representar e identificar o mundo. Ou seja, são elementos que possibilitam ao pesquisador perceber a conexão dos textos com aspectos exteriores a ele.

O Significado Identificacional relaciona-se ao conceito de estilos. Fairclough (2003) define estilos como “o aspecto discursivo de maneiras de ser, identidades” (FAIRCLOUGH,

2003, p. 159), ou seja, são os aspectos discursivos dos modos de falar que revelam como o falante identifica-se a si mesmo e também aos demais. Assim, ao analisar textos sob a perspectiva do Significado Identificacional, é necessário concentrar-se nos traços linguísticos que apontam para os estilos utilizados pelos falantes. É preciso que “a identificação seja compreendida como um processo dialético em que discursos são inculcados em identidades, uma vez que a identificação pressupõe a representação, em termos de presunções, acerca do que se é” (RESENDE; RAMALHO, 2006, p. 76).

De acordo com o objetivo deste artigo, analisar a identidade construída no discurso de Luis Ruffato, do povo brasileiro e do Brasil, a proposta é se concentrar nas marcas indicadoras de julgamento do escritor, ou seja, na modalidade, de forma ainda mais específica sobre os adjuntos modais - advérbios de intensidade e de frequência, e adjunto modal de polaridade (Halliday & Matthiessen, 2004). Através da análise da modalidade, busca-se compreender e analisar como o posicionamento do escritor Luis Ruffato é construído no seu discurso.

A modalidade, uma das categorias de avaliação do Significado Identificacional, é uma categoria considerada ambígua e polissêmica. Os trabalhos sobre o tema normalmente são muito variáveis entre si e dependem do “olhar” do pesquisador sobre o aspecto que considera relevante em sua análise.

Halliday e Matthiessen (2004) afirmam que há dois tipos de modalidade: a *modalização*, na qual o grau de probabilidade varia do sim ao não; incluem-se também aí os graus de probabilidade: possivelmente, provavelmente, certamente e os graus de usualidade: usualmente, sempre; e a *modulação*, na qual se avalia o grau de polaridade e estão incluídos dois tipos de possibilidades intermediárias, sendo: graus de obrigação: permitir, supor, dever e graus de inclinação: querer, ansiar etc. Para os autores, modalidade se institui entre os graus intermediários que estão entre os pólos positivo e negativo, tratando-se de uma expressão de indeterminação para construir a região de incerteza entre o sim e o não. Fairclough (2003), ao apropriar-se dos estudos funcionalistas de Halliday, manipula o conceito de modalidade modificando-o. Para ele, a modalidade não inclui apenas os pontos intermediários, mas, também, os próprios polos.

ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Após a análise do discurso de Luis Ruffato, foram contabilizados 32 adjuntos modais, que se distribuíram, de acordo com a quantidade, da seguinte forma: modais de polaridade (16); advérbios de intensidade (10) e advérbios de frequência (06).

Percebe-se que o escritor organiza seu texto primordialmente a partir de adjuntos modais de polaridade e de intensidade alta, o que revela sinais de modalização por meio do grau de envolvimento e do nível de expectativa do escritor no seu discurso. A expressiva presença do **adjunto modal de polaridade** indica que Ruffato constrói significados a partir de negações, utilizando uma argumentação que busca desconstruir um tipo de discurso que seria recorrente ou, pelo menos, aceito pela maioria. As marcas de modalidade abaixo se encontram sublinhadas e em **negrito**⁵:

1. Avoca-se sempre, como signo da tolerância nacional, a chamada democracia racial brasileira, mito corrente de que não teria havido dizimação, mas assimilação dos autóctones.
2. Fala-se em globalização, mas as fronteiras caíram para as mercadorias, **não** para o trânsito das pessoas.
3. E aqui tocamos num ponto nevrálgico: **não** é coincidência que a população carcerária brasileira, cerca de 550 mil pessoas, seja formada primordialmente por jovens entre 18 e 34 anos, pobres, negros e com baixa instrução.

No exemplo (1), Ruffato faz um ataque direto ao chamado “mito da brasilidade”. Souza (2011) afirma que as nações de forma geral constroem um mito nacional e que é ele o responsável pela criação de um sentimento de solidariedade coletiva, de unidade nacional no que se refere à forma como determinado povo se percebe, ou seja, as maneiras de ser de cada cultura. Nas palavras de Souza (2011), “nós, brasileiros, somos o povo da alegria, do calor humano, da hospitalidade e do sexo” (SOUZA, 2011, p. 29). Essa “emocionalidade” e “espontaneidade” do brasileiro seriam características que o diferenciaria da “racionalidade fria” que, supostamente, seria a marca das nações avançadas. O exemplo (1) do escritor vai ao encontro das formulações de Souza (2011), quando este explica que a construção do “mito nacional” foi iniciada através de um dos mais proeminentes pensadores do século XX no Brasil, o sociólogo Gilberto Freyre. Em seu primeiro livro “Casa grande e senzala”, Freyre (2003) desenvolve uma teoria de que a miscigenação ocorrida no Brasil, resultado principalmente da mistura entre negros, portugueses e índios, não seria um fator negativo responsável pela formação de uma

raça inferior no país. Ao contrário, ele aponta uma tendência portuguesa e, posteriormente, luso-brasileira ao “encontro cultural”, o que seria a gênese do mito nacional brasileiro, uma tendência positiva à miscigenação, “à chamada democracia racial brasileira”, nas palavras de Luis Ruffato. Souza (2011), no entanto, afirma que esta teoria da mestiçagem brasileira, tal qual foi concebida por Freyre, é construída de forma que “ela possa ser pensada não como resultado do absoluto poder que os homens brancos tinham sobre as mulheres negras e índias, mas como uma predisposição cultural positiva e altamente valorável” (SOUZA, 2011, p. 54).

O exemplo (3) é utilizado para validar o enunciado (1). A argumentação desconstrói o que Ruffato chama de “democracia racial brasileira”, ao denunciar, através de estatísticas, que a classe desprivilegiada - “pobres, negros e com baixa instrução” - continua sendo a mesma que, por séculos, constitui-se como a classe de explorados e excluídos do país. O exemplo (2) faz uma crítica à globalização, como o faz vários teóricos citados anteriormente, ao apontar que tal processo se refere, sobretudo, ao aspecto econômico, às relações capitalistas entre os países. Santos (2001) utiliza o termo “fábrica de perversidades”, para se referir a diversos aspectos provocados pela globalização e pelas relações hegemônicas capitalistas, apontando para o aumento do desemprego e da fome, do acesso cada vez mais dificultado à educação de qualidade, entre outras questões. Em suas palavras:

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2001, p. 20)

Abaixo, outros exemplos de trechos do discurso de Ruffato, construídos a partir de negações que, nestes casos, referem-se a questões diversas que são negadas à classe pobre brasileira.

4. Quando, em 1888, foi abolida a escravidão, não houve qualquer esforço no sentido de possibilitar condições dignas aos ex-cativos.
5. (...) um em cada três brasileiros adultos não tem capacidade de ler e interpretar os textos mais simples.
6. Continuamos a ser um país onde moradia, educação, saúde, cultura e lazer não são direitos de todos, mas privilégios de alguns.

A gramática, do ponto de vista dos estudos funcionalistas, é entendida de uma forma mais complexa, pois, além de considerar o contexto de um determinado enunciado, envolve as escolhas feitas pelo enunciador. Assim, Para Halliday e Matthiessen (2004), em cada sistema de escolhas, juntamente com as exclusões que tais sistemas operam, os falantes dão significado ao mundo através das representações construídas nos discursos. Os enunciados carregam, portanto, as visões e percepções do mundo de seus produtores. Compreender o uso da língua sob esta perspectiva, amplia as possibilidades de compreensão de um determinado texto, já que se estabelece uma análise que necessariamente terá que unir os aspectos interiores e exteriores a ele.

Assim, os usuários da língua fazem suas próprias escolhas dentro de uma gama de possibilidade. Os significados dos elementos interiores de um texto, poderão ser interpretados de diferentes formas, dependendo do contexto. Tais elementos, assim, não possuem uma função estática, eles são flexíveis e negociáveis, de acordo com o uso que os falantes fazem da língua. Por esta razão, é necessário que a língua seja percebida enquanto um sistema subjetivo e vivo, indissociável dos seus usos socioculturais.

Ruffato, nos enunciados abaixo, segue denunciando a condição do negro na sociedade brasileira, onde o racismo adquire contornos mais sutis: “nosso racismo impede o movimento do negro no espaço social na mesma medida em que a reação coletiva a esse movimento provoca estrangulamentos mais ou menos insuportáveis” (ROCHA, 2011, p. 372). A questão do preconceito racial aparece mais explicitamente no primeiro enunciado abaixo, que reúne casos de modalidade com **adjuntos modais de intensidade**.

7. Assim, até hoje, 125 anos depois, a **grande** maioria dos afrodescendentes continua confinada à base da pirâmide social: raramente são vistos entre médicos, dentistas, advogados, engenheiros, executivos, jornalistas, artistas plásticos, cineastas, escritores.
8. Invisível, acuada por baixos salários e destituída das prerrogativas primárias da cidadania --moradia, transporte, lazer, educação e saúde de qualidade--, a **maior** parte dos brasileiros sempre foi peça descartável na engrenagem que movimenta a economia.

Os dois exemplos revelam a realidade dos negros e pobres, segundo Ruffato a “maior parte dos brasileiros”, que segue condenada a uma situação de invisibilidade social. De acordo com Rocha (2011), o mito da brasilidade invisibilizava o racismo praticado no Brasil, pois “o mito da cordialidade e da mistura entre as raças sempre serviu para amenizar as considerações sobre o racismo brasileiro” (ROCHA, 2011, p. 381). Para Fairclough (2001) o discurso pode ser visto como uma forma de prática política e

ideológica e, portanto, como prática social. Enquanto prática política, o discurso colabora para estabelecer, manter ou transformar relações de poder. Enquanto prática ideológica, ele “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94). Como se percebe, são questões relacionadas ao poder, ao preconceito e à ideologia que perpassam os discursos hegemônicos na sociedade. Souza (2011) defende que impera na sociedade brasileira, a cultura da meritocracia - um tipo de pensamento, presente inclusive nas ciências que constroem o discurso considerado “válido” e “legítimo”, que se baseia no mérito individual, como a justificativa para os privilégios sociais. De acordo com esta tendência, opera-se o apagamento do fato de que nascer em uma família pobre no país é, na maioria dos casos, uma sentença à perpetuação da injustiça social. Assim, a desigualdade é avaliada por meio do esquecimento do que Souza chama de “pertencimento de classe”, que deve ser considerado como a “gênese social das diferenças individuais” e não a falácia da meritocracia. Tal situação é, ainda, potencializada pela questão do “mito da brasilidade”, já que ele “tem a ver tanto com a construção de uma ficção de homogeneidade e de unidade entre brasileiros tão desiguais quanto com ‘horror ao conflito’” (SOUZA, 2011, p. 47). O autor critica a resistência ao conflito e às críticas, comuns na sociedade brasileira, fato que se observa nas reações dos brasileiros ao discurso de Ruffato⁶. Citamos como exemplo a reação do cartunista brasileiro Ziraldo, que estava presente na abertura da Feira, indignado com as palavras do conterrâneo, reagiu gritando: “Que se mude do Brasil então!”. A noção de conflito é central no pensamento de Honneth (2003). Partindo da perspectiva de que a “reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco” (HONNETH, 2003, p. 155), Honneth afirma que o conflito é estruturante da vida social e o potencial emancipatório da sociedade encontra-se, justamente, nas experiências de injustiça e desrespeito vivenciadas pelos sujeitos. Assim, o horror ao conflito de que trata Souza (2011), poderia ser entendido como uma resistência a enxergar tais experiências que atingem a determinados grupos sociais, ainda que elas possam ser evidentes. Afinal, de acordo com Honneth (2003) são estas experiências que podem levar a uma luta social, que se origina quando experiências individuais de desrespeito são percebidas enquanto experiências coletivas, “de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 257).

Menos incidentes, abaixo se encontram alguns exemplos de enunciados de modalidades com advérbios de frequência:

9. Historicamente habituados a termos apenas deveres, **nunca** direitos (...)
10. Em nossos tempos, de exacerbado apego ao narcisismo e extremado culto ao individualismo, aquele que nos é estranho, e que por isso deveria nos despertar o fascínio pelo reconhecimento mútuo, mais que **nunca** tem sido visto como o que nos ameaça.

O exemplo (9) reforça a argumentação anterior de Ruffato, com relação à situação desprivilegiada da maior parte dos brasileiros e em (10) ele se refere a afirmações anteriores de que os brasileiros seriam “machistas”, “covardes” e “hipócritas”. O escritor explica: machistas, porque ocupamos o “sétimo lugar entre os países com maior número de vítimas de violência doméstica”; covardes, porque “em 2012 acumulamos mais de 120 mil denúncias de maus-tratos contra crianças e adolescentes” e hipócritas, porque “o local onde se realiza a mais importante parada gay do mundo [...], a Avenida Paulista, em São Paulo, é o mesmo que concentra o maior número de ataques homofóbicos da cidade”.

O Brasil é um país conhecido pelas enormes desigualdades sociais, como ficou claro no discurso de Ruffato. Atualmente, contudo, o cenário é bastante peculiar: por um lado há as insurgentes lutas das minorias, que ganharam novo fôlego com as políticas sociais implantadas no país nos últimos anos (a exemplo das políticas de cotas - raciais, de gênero e socioeconômicas). Por outro, há o fortalecimento de uma bancada governista conservadora, que engendra constantes tentativas de retrocesso no que diz respeito a direitos garantidos constitucionalmente⁷.

Honneth (2003) considera o reconhecimento enquanto um processo social dinâmico, sem nunca chegar a um estado final e permanente. Os sujeitos, em sua concepção, só podem chegar a uma autorrelação prática (que se refere às formas de se relacionar consigo mesmo e com o mundo), adquiridas através da socialização, quando eles aprendem a se considerar enquanto seus próprios destinatários sociais. A partir disto, o autor constrói o sentido de “semântica coletiva”, ou seja, os sentimentos de justiça e de reconhecimento não podem ser pensados em termos individualistas, a consciência de um “nós” é o motor de toda ação coletiva. Maia e Garcêz (2013) entendem que é necessária uma “integração ética” entre aqueles que se percebem vítimas de injustiça, é por meio desta integração que é possível a construção da semântica coletiva e, dessa forma, a

subsequente luta para a transformação social. Neste ponto, um conceito essencial nas lutas por reconhecimento é “a transcendência na imanência”. Honneth (2003) defende que não se pode olhar para estas lutas, enquanto fenômenos localizados, pontuais; é preciso percebê-las em sua capacidade de transcender justamente seus aspectos temporais e limitados. A transcendência é a capacidade que as lutas sociais têm de transformar o mundo e a realidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo deste artigo, o de analisar a construção identitária do país e do povo brasileiro transmitida no discurso de Luis Ruffato, e como ela se coloca como um empecilho no processo de internacionalização do Brasil, percebe-se que o escritor constrói discursivamente uma identidade oposta ao chamado “mito da brasilidade”, amplamente compartilhado pela nação. Usando, sobretudo, modais de polaridade, ele demonstra que o brasileiro não é, de fato, um povo tão tolerante no que se refere às diferenças socioculturais, como levam a crer as premissas do mito nacional. Embora o autor aponte avanços na sociedade brasileira, ele não deixa de olhar e de criticar o que considera a “miséria” do Brasil e do povo brasileiro, como o preconceito racial, a enorme desigualdade social e a violência praticada contra as minorias.

Se o mundo evoluiu a ponto de romper as barreiras físicas entre os povos, agora é chegado o momento de promover uma “globalização mais humana”, conforme defende Milton Santos (2001), que seja capaz de utilizar os avanços da técnica e da ciência a serviço da dignidade humana. Não se trata mais de diminuir as distâncias físicas, mas, sobretudo, de diminuir as distâncias que separam pobres e ricos, negros e brancos, homens e mulheres, entre outros pares tradicionalmente opostos que dividem a sociedade em um binarismo arbitrário e opressor.

Falar sobre as próprias misérias, como o fez o escritor Luis Ruffato, e não temer os conflitos que surgem a partir destas constatações, tem estreita relação com o conceito de “transcendência na imanência”. Afinal, é por meio dos sentimentos de injustiça e de desrespeito que os sujeitos podem construir uma semântica coletiva para, então, empreenderem suas lutas por reconhecimento, provocando uma mudança nos padrões culturais e sociais. É esta mudança maior, que não diz respeito diretamente a este ou aquele grupo social, que tem potencial para fazer com que o país avance no fortalecimento democrático, na diminuição das assimetrias sociais e na defesa das pluralidades

humanas. Por esta razão é que Honneth percebe nas lutas por reconhecimento uma força social capaz de impulsionar o progresso moral. Neste sentido, destaca-se o papel do discurso e sua capacidade para aceitar ou desafiar as construções sociais, realizando-se enquanto prática social, como percebe Fairclough. É essencial que figuras públicas de importância como Ruffato, assumam posicionamentos discursivos que questionem as ordens sociais vigentes; mas, igualmente, é necessário que se abram espaços para que vozes historicamente silenciadas possam ecoar.

REFERÊNCIAS

- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- _____. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I - a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*. 481 ed. São Paulo: Global, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *Acções, actos de fala, interacções linguisticamente mediadas e o mundo da vida* (1988). In: HABERMAS, J. *Racionalidade e comunicação*. Trad. Paulo Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 1996. p. 103-147.
- HILAL, Adriana; HEMAIS, Carlos A. *O processo de internacionalização na ótica da escola nórdica: evidências empíricas em empresas brasileiras*, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6552003000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 set. 2015.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MAIA, Rousiley C.M.; GARCÊZ, Regiane L. O. Recognition, feelings of injustice and claim justification: a case study of deaf peoples's storytelling on the internet. *European Political Science Review*, 2013.
- MELLO, Alex Fiuza. *Mundialização e Política em Gramsci*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOROSINI, Marília Costa. *Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal*, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2015.

NOBRE, Marcos. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a Teoria Crítica. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. p. 07-19.

RESENDE, Viviane de Melo. M.; RAMALHO, Viviane. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROCHA, Emerson. Cor e dor moral. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 353-383.

RUIZ, Enrique Sánchez. Globalização e Convergência: rumos para as indústrias culturais latino-americanas. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, vol. XXIII, nº 2, p. 14-39, julho/dezembro 2000.

SANCHEZ, Inaiê. **Para entender a internacionalização da economia**. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. (2001). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2011.

NOTAS

- 1 Todas as citações referentes ao escritor Luis Ruffato foram retiradas na íntegra do seu discurso, disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/10/1353517-escritor-luiz-ruffato-diz-em-frankfurt-que-brasil-e-pais-da-impunidade-e-intolerancia.shtml>>. Acesso em 09 out, 2015.
- 2 Os quatro países do sudoeste da Ásia (Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan) que entre as décadas de 60 e 90 apresentaram grandes taxas de crescimento e rápida industrialização. Entretanto, a partir da década de 90, o crescimento das exportações caiu rapidamente e a maioria desses países apresentava elevados déficits financeiros.
- 3 As traduções do inglês foram feitas por mim. “[...] different relations people have to the world, which in turn, depends on their positions in the world, their social and personal identities, and the social relationships in which they stand to other people”
- 4 “Representation is clearly a discursal matter, and we can distinguish different discourses, which may represent the same area of the world from different perspectives or positions”.
- 5 Esclarecemos que os exemplos utilizados podem conter mais de uma marca de modalidade. Entretanto, de acordo com um critério didático, optamos por evidenciar apenas as marcas que serão discutidas em cada tópico.
- 6 De acordo com várias reportagens, tais como: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/machistas-hipocritas-violentos-o-discurso-sobre-o-brasil-do-escritor-luiz-ruffato-o-elemento-surpresa-da-feira-de-frankfurt/>> e <<http://www.otempo.com.br/divers%C3%A3o/magazine/quase-fui-agredido-1.726885>>. Acesso em 11 set. 2015.
- 7 Citamos como exemplo, as propostas de Redução da Maioridade Penal; do Estatuto da Família; Punição a heterofobia e, mais recentemente, a Proposta de Emenda Constitucional que dá às igrejas o poder de questionar leis e decisões do Supremo Tribunal Federal.

Artigo submetido em: 29 de outubro de 2015.

Artigo aceito em: 01 de novembro de 2016.